

# **Decreto nº 12.709/2025 – Novo Marco de Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal**

Regulamenta a Lei do Vinho 7.678/1988, a Lei Agrícola 8.171/1991 – arts. 27-A, 28-A, 29-A, a Lei das Bebidas 8.918/1994, a Lei de Classificação 9.972/2000 e a Lei de Autocontrole 14.515/2022

MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA  
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

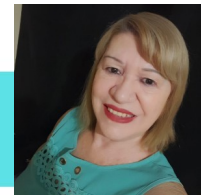
# DIPOV - 2025

DECRETO Nº 12.642,  
DE 1º DE OUTUBRO  
DE 2025



**DIPOV**

Serviço de  
Suporte a Gestão



**TÁTICA / OPERACIONAL**

**ESTRATÉGICA**

**Coordenação-Geral de  
Operações Fiscais**



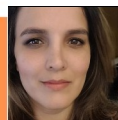
**Coordenação  
de Fiscalização  
Produtos de  
Origem Vegetal**



**Coordenação de  
Centrais de Análise**



Serviço de Registros de  
Estabelecimentos e  
Produtos (SEREP)



Serviço de Relatoria e  
Suporte Processual



Serviço de Certificação



Serviço de Operações  
Especiais de Combate a  
Fraude e Clandestinidade  
(SEOFC)



**Coordenação-Geral de  
Gerenciamento e  
Estratégia**

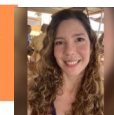


**Coordenação de  
Gerenciamento de  
Produtos de Origem  
Vegetal**



Equipe de Monitoramento de  
Dados

Serviço de Suporte às  
Demandas Externas



Equipe de acompanhamento  
do SISBIPOV








**Coordenação de  
Ordenamento de  
POV**



Serviço de  
Harmonização  
Normativa

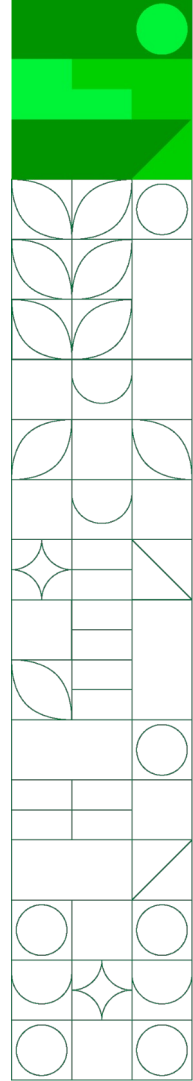


# Introdução

-  **Consolidação normativa:** Revoga **10 decretos**, promovendo **segurança jurídica e eficiência administrativa**.
-  **Modernização:** Incorpora conceitos de **rastreabilidade, recolhimento de produtos, análise de risco e autocontrole**.
-  **Harmonização internacional:** Adota as **diretrizes do Codex Alimentarius** na ausência de regulamentação nacional (exceto bebidas).
-  **Integração federativa:** Fortalece o **SISBI-POV**, com adesão voluntária de estados e municípios.
-  **Incentivo à conformidade:** Regulamenta o **Programa de Incentivo à Conformidade**, que estimula boas práticas e permite a regularização preventiva de não conformidades.
-  **Abrangência:** Aplica-se a **todos os produtos de origem vegetal (Produtos mistos: vegetal+animal)**, com ou sem padrão de identidade e qualidade, em toda a **cadeia produtiva**, incluindo a **importação e a exportação**.
-  **Fiscalização orientada por risco:** Foco na **identidade, qualidade, inocuidade, conformidade e segurança dos produtos de origem vegetal**.

# HISTÓRICO

- CONSULTA PÚBLICA DECRETO Nº 6.871/2009: **Portaria SDA nº 562, de 12 de abril de 2022**
- CONSULTA PÚBLICA DECRETO Nº 6.268/2007: **Portaria SDA nº 578, de 13 de maio de 2022**
- **PUBLICAÇÃO DA LEI nº 14515, de 29 de dezembro de 2022**
- CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO RISPOV: **14 de abril de 2023**
- APRESENTAÇÃO RISPOV PARA AS CÂMARAS SETORIAIS DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA: **07 de fevereiro de 2024**
- VERSÃO ENCAMINHADA PARA A CONSULTORIA JURÍDICA MAPA: **03 de junho de 2024**
- **PLANILHAS E ATOS COMPLEMENTARES**
- VERSÃO ENCAMINHADA PARA A CASA CIVIL: **08 de abril de 2025**



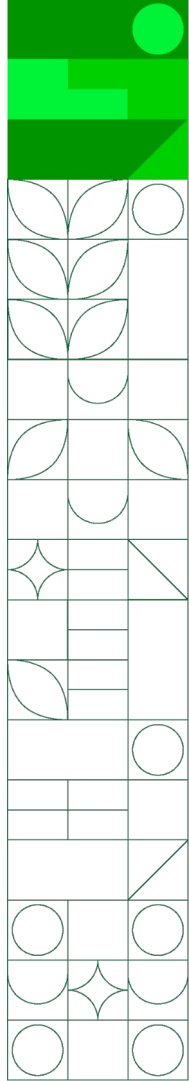
# ESTRUTURA

## CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

## CAPÍTULO II - DO PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE

- Seção I - Disposições gerais
- Seção II - Das bebidas
  - Subseção I - Disposições gerais
  - Subseção II - Das bebidas não alcoólicas
  - Subseção III - Das bebidas fermentadas
  - Subseção IV - Das bebidas alcoólicas destiladas
  - Subseção V - Das bebidas alcoólicas destiladas derivadas da uva e do vinho
  - Subseção VI - Das bebidas alcoólicas destiladas retificadas
  - Subseção VII - Das bebidas alcoólicas por mistura
  - Subseção VIII Dos destilados alcoólicos
  - Subseção IX - Das demais disposições sobre a produção, a circulação e a comercialização do vinho e dos derivados da uva e do vinho
- Seção III - Da classificação dos produtos de origem vegetal
  - Subseção I - Disposições gerais
  - Subseção II - Dos envolvidos no processo de classificação de produto de origem vegetal
- Seção IV - Da marcação ou rotulagem

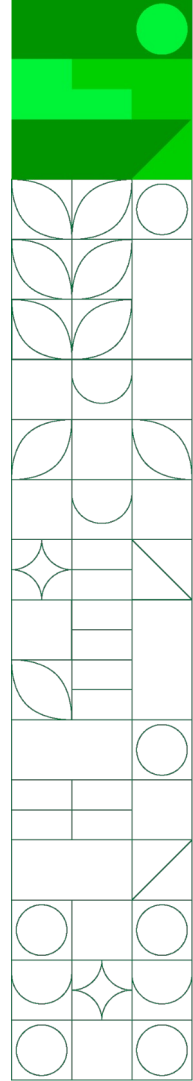
## CAPÍTULO III - DOS PROCEDIMENTOS DOS ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS



# ESTRUTURA

## CAPÍTULO IV - DA GARANTIA DA INOCUIDADE, DA IDENTIDADE, DA QUALIDADE E DA SEGURANÇA DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

- **Seção I - Dos programas de autocontrole**
- **Seção II - Da rastreabilidade**
- **Seção III - Do recolhimento**
- **Seção IV - Da amostra e da amostragem**
- **Seção V - Da fiscalização**
  - Subseção I - Disposições gerais
  - Subseção II - Da autoridade fiscalizadora
  - Subseção III - Da aferição da conformidade dos produtos de origem vegetal
  - Subseção IV - Das formas de comunicação
- **Seção VI - Da análise de risco**
  - Subseção I - Disposições gerais
  - Subseção II - Da avaliação de risco
  - Subseção III - Da comunicação de risco
- **Seção VII - Da exportação e da importação**
  - Subseção I - Disposições gerais
  - Subseção II - Da importação
  - Subseção III - Da exportação
- **Seção VIII - Do programa de incentivo à conformidade em defesa agropecuária**
- **Seção IX - Da certificação voluntária no Ministério da Agricultura e Pecuária**
- **Seção X - Do sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem vegetal**



# ESTRUTURA

## CAPÍTULO V - DAS MEDIDAS CAUTELARES E DO PRODUTO IMPRÓPRIO

- Seção I - Disposições gerais
- Seção II - Da medida cautelar de apreensão de produto
- Seção III - Da medida cautelar de suspensão temporária de atividade, de etapa ou de processo de fabricação de produto
- Seção IV - Da medida cautelar de destruição ou devolução à origem de produto de origem vegetal
- Seção V - Do produto impróprio

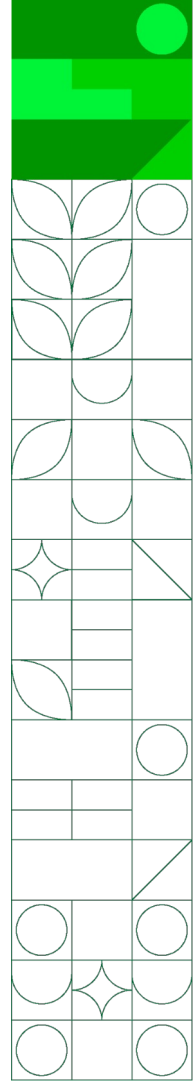
## CAPÍTULO VI - DAS INFRAÇÕES

- Seção I – Disposições gerais
- Seção II - Das infrações de natureza leve
- Seção III - Das infrações de natureza moderada
- Seção IV - Das infrações de natureza grave
- Seção V - Das infrações de natureza gravíssima

## CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

- Seção I - Disposições gerais
- Seção II - Da advertência
- Seção III - Da multa
- Seção IV - Da condenação do produto
- Seção V - Da suspensão de registro, de cadastro ou de credenciamento
- Seção VI - Da cassação de registro, de cadastro ou de credenciamento
- Seção VII - Da cassação da habilitação de profissional para prestar serviços relacionados à inspeção de produtos de origem vegetal

## CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



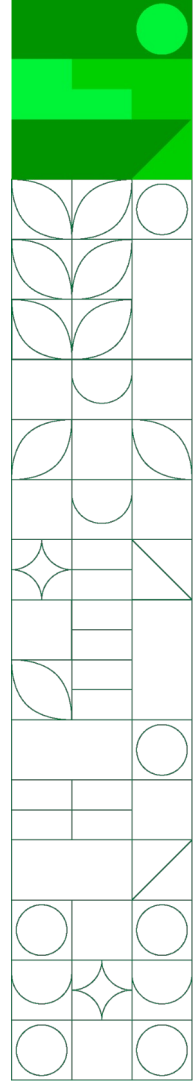
# Programas de Autocontrole

- **Programas de Autocontrole (PAC):** Empresas do setor vegetal (**exceto produção primária e agricultura familiar**) passam a ter obrigação de implementar **programas de autocontrole:**

- ✓ assegurar a **inocuidade, a identidade, a qualidade, a rastreabilidade e a segurança** dos POVs.

- **Elementos do autocontrole:** O PAC deve ser **documentado** e abarcar vários requisitos de **segurança** (Art. 119 e 120), incluindo:

- ✓ **políticas de qualidade** com compromisso da alta direção;
- ✓ **boas práticas de fabricação;**
- ✓ **registros auditáveis** de todo o processo produtivo (da matéria-prima ao produto final);
- ✓ procedimentos de **monitoramento** e **ações corretivas;**
- ✓ **treinamentos de funcionários;**
- ✓ controle de **amostragem e análises** periódicas;
- ✓ gerenciamento de resíduos e **planos de recolhimento de produtos** em caso de problemas.
- ✓ avaliação regular de **riscos físicos, químicos e biológicos** presentes na operação e medidas para



# Programas de incentivo à conformidade

## • O que é ?

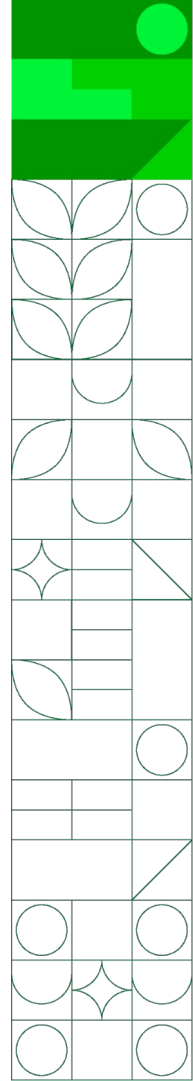
Adesão **voluntária** para estabelecimentos de produtos de origem vegetal, solicitada por meio de sistema eletrônico.

### Princípios Fundamentais:

- ✓ **Confiança e Reciprocidade** entre o Poder Público (MAPA) e os agentes.
- ✓ **Transparência, Simplificação e Agilidade** dos processos.
- ✓ Gestão baseada na **Análise de Risco**.
- ✓ **Compartilhamento de Dados** com ênfase em TI

### Objetivos Chave:

- ✓ **Estimular o Aperfeiçoamento** dos sistemas de garantia da qualidade dos agentes.
- ✓ **Majorar a Confiança** no relacionamento com o Poder Público.
- ✓ Contribuir para a **fluidez dos processos administrativos** e o incremento da segurança agropecuária



# Programas de incentivo à conformidade

## ADESÃO, BENEFÍCIOS E IMPACTO NA FISCALIZAÇÃO

**Condições para Adesão** (Art. 176): Para entrar, o agente deve:

- ✓ Ter **Programas de Autocontrole** implementados há, no mínimo, **seis meses**.
- ✓ Comprometer-se a **compartilhar dados operacionais e de qualidade** de interesse da fiscalização
- ✓ Não possuir penalidade pendente de execução que tenha implicado **dano ao consumidor** por risco à saúde ou à identidade e qualidade;
- ✓ **Benefício Direto (Regularização vs. Penalidade)**: O programa permite a **regularização por notificação** de não conformidades ou irregularidades, agindo preventivamente à autuação.
- ✓ **Limites da Regularização (Exclusões - Art. 145)**: A regularização por notificação **não é permitida** se a irregularidade for:
  - Classificada como de natureza **grave ou gravíssima**
  - Causadora de prejuízo ao consumidor em razão de **risco à saúde ou à identidade e qualidade** do produto

# Registro de Estabelecimentos e Produtos

## ✓ Continuam vigentes:

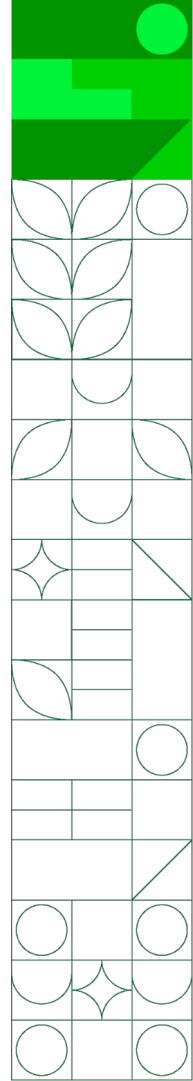
Instrução Normativa nº 9, de 21 de maio de 2019 (estabelecimentos)

Instrução Normativa nº 72 de 16 de novembro de 2018 (estabelecimentos e produtos)

Instrução Normativa nº 54, de 24 de novembro de 2011 (credenciamento classificação)

## ✓ **Possibilidade** de registro de produtos

## ✓ Possibilidade de terceirização das atividades do estabelecimento



## **Destaques Capítulo VIII – Infrações e Penalidades**

### **Decreto nº 12.709/2025 (RISPOV)**

✱ As infrações dos Decretos anteriores estão incorporadas ao RISPOV

🌐 Incluem condutas em ambiente físico e **digital** (comércio eletrônico, plataformas e redes sociais)

Art. 202. § 4º **As referências às infrações relacionadas ao comércio de produtos de origem vegetal abrangem todas as suas modalidades, inclusive o comércio eletrônico e digital, realizadas por meio de sítios eletrônicos, plataformas digitais, redes sociais ou outros meios virtuais de oferta, exposição ou venda.**

⚖️ Dispositivos atualizados e harmonizados com a Lei nº 14.515/2022  
**(Autocontrole)**

**leve** - passíveis de saneamento (prazos) sem autuação

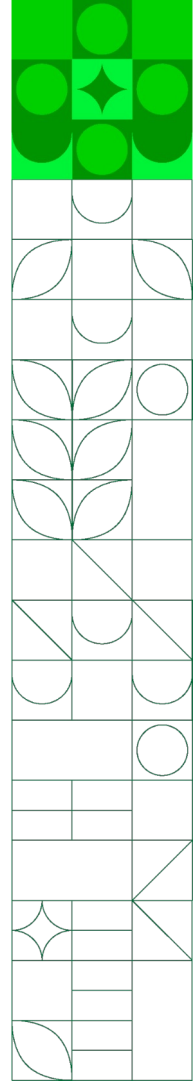
**leve ou moderada** - passíveis de saneamento (prazos) sem autuação - Programa de incentivo

🚦 Penalidades agora estruturadas por **grau de risco e reincidência**

I - a natureza da infração;

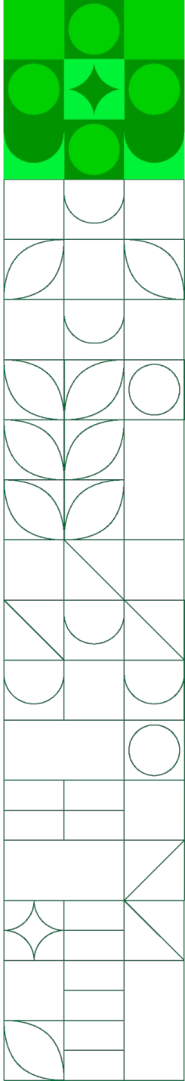
II - os antecedentes do infrator;

III - as circunstâncias atenuantes e agravantes; e



**Destaques Capítulo VIII – Infrações e Penalidades**  
**Decreto nº 12.709/2025 (RISPOV)**

Categoria	Artigo	Nº de Incisos	Resumo dos principais pontos	Observações
Infrações Leves	Art. 203	8 incisos	Irregularidades formais e sanáveis: documentação, arquivos, cadastros; pequena alteração estrutural sem impacto	Enfoque educativo e corretivo; autuação se não corrigido
Infrações Moderadas	Art. 204	13 incisos	Falhas de controle, atualização cadastral, rótulos, protocolo privado, formação técnica	Conexão com autocontrole e boas práticas operacionais
Infrações Graves	Art. 205	33 incisos	Riscos à conformidade e segurança: ausência de rastreabilidade, documentação falsa, produto irregular, condições inadequadas, irregularidade de RT	Alta relevância sanitária, operacional e econômica; foco em segurança e rastreabilidade
Infrações Gravíssimas	Art. 206	20 incisos	Registro, Fraude, adulteração, produto impróprio ao consumo, obstrução fiscal, ausência de autocontrole, recolhimento não realizado e medida cautelares	Condutas dolosas com risco à saúde e integridade do sistema

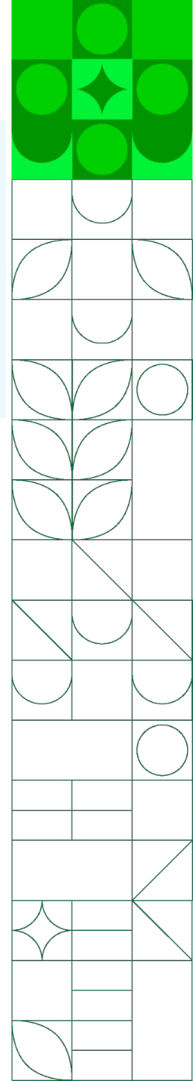


**Art. 241. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:**

**I - noventa dias após a data de sua publicação, quanto ao disposto nos art. 107 e art. 110;**

**II - setecentos e trinta dias após a data de sua publicação, para as adequações das informações de registro das bebidas que tiverem alteração de denominação; e**

**III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.**



# Nossos agradecimentos

MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA  
E PECUÁRIA



***Dipov@agro.gov.br***